

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

AS LUTAS FEMINISTAS POR DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Miriam de Oliveira Inácio¹Eveny Lays Fernandes Lima²Karinna Lucia de Melo Macena³

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa sobre as contribuições das lutas feministas nas políticas públicas para as mulheres estruturadas pelo governo federal, no período entre 2013 e 2020. A partir de uma abordagem histórico-crítica, os procedimentos metodológicos adotados envolveram uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a agenda teórico-política das principais articulações dos movimentos feministas existentes no Brasil. As articulações feministas estudadas teceram críticas a baixa qualidade destas políticas públicas, ao bloqueio orçamentário na área e a presença do conservadorismo.

Palavras-chave: Feminismos. Direitos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article presents the partial results of research on the contributions of feminist struggles in public policies for women structured by the federal government, in the period between 2013 and 2020. From a historical-critical approach, the methodological procedures adopted involved a bibliographical and documentar on the theoretical-political agenda of the main articulations of feminist movements existing in Brazil. The feminist articulations studied criticized the low quality of these public policies, the budget blockade in the área and the presence of conservatism.

Keywords: Feminisms. Rights. Public Policies.

¹ Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Serviço Social. E-mail: miriam.inacio@ufrn.br

² Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: eveny.lima.096@ufrn.edu.br

³ Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: karinna.macena.123@ufrn.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda as contribuições dos movimentos feministas na construção das políticas públicas para as mulheres no Brasil, no qual buscamos recuperar a incidência das lutas feministas na estruturação de diversas políticas públicas pelo governo federal.

Entendemos que a análise acerca das contribuições das lutas feministas por direitos e o posicionamento dos movimentos feministas quanto às políticas públicas para as mulheres no Brasil é fundamental para avançar nas conquistas de direitos para as mulheres nas áreas da saúde, assistência social, trabalho e renda, educação e violência contra as mulheres.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as contribuições das lutas feministas por direitos para a emancipação das mulheres no Brasil e no contexto da cidade do Natal-RN, no período 2013-2020. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1-apreender o ideário político das principais organizações feministas existentes; 2-conhecer as análises das articulações feministas sobre as políticas públicas para as mulheres implementadas no governo federal; 3-identificar a participação dos coletivos feministas enquanto representação em conselhos de controle social de políticas públicas em âmbito nacional/estadual/municipal e 4-caracterizar as diretrizes e ações das políticas públicas para as mulheres em Natal-RN nas áreas da saúde, assistência social, trabalho e renda, educação e violência de gênero.

Neste sentido, este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento, no âmbito da Iniciação Científica, particularmente em relação à configuração das políticas públicas para as mulheres no governo federal, com base nas lutas e reivindicações travadas por algumas das principais articulações feministas organizadas em nível nacional e que possuem representação em Natal-RN, no período entre 2013 e 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No cenário político de 2013 - período que marcou as mobilizações nas ruas do país que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho” - ao ano de 2020, destacaram-se tendências dos movimentos feministas de cunho anticapitalistas e de defesa da autonomia crítica frente aos governos e poderes públicos, como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres em Luta (MML) e o Grupo Feminista Pão e Rosas do Brasil.

Trata-se de uma análise situada num contexto histórico marcado pela crise mundial do capital e pela ofensiva neoliberal e conservadora, em que as medidas de ajuste fiscal tomadas pelo Estado brasileiro têm precarizado as políticas públicas e agravado a concentração de renda, a pobreza, as condições de vida e as violações aos direitos humanos. Neste cenário, as mulheres são as mais prejudicadas na sociedade brasileira, especialmente as mulheres trabalhadoras, das periferias e negras, sendo a maioria desempregada ou inserida em trabalhos precarizados, alvos de violências, feminicídios, de negação de autonomia e de direitos sexuais e reprodutivos.

Sendo assim, com base numa abordagem histórico-crítica de cunho marxiana, os procedimentos metodológicos adotados até o momento foram a pesquisa bibliográfica e documental sobre a agenda política das articulações feministas indicadas, bem como a análise destes movimentos feministas a respeito das políticas públicas para as mulheres implementadas no período entre 2013-2020.

Dessa forma, foram realizadas análises de documentos e textos (cartilhas, panfletos informativos, livros e artigos) elaborados pelos movimentos feministas entre 2013 e 2020, tendo como fontes de pesquisa blogs, sites e redes sociais dos movimentos pesquisados, tais como o site “ambfeminista.org.br” (AMB), o site “marchamundialdasmulheres.org.br” (MMM), o blog “mulheresemluta.blogspot.com” (MML), o blog “nucleopaoerosas.blogspot.com” (Pão e Rosas do Brasil) e o site “esquerdadiario.com.br” (Pão e Rosas do Brasil).

Com base nos materiais em que trabalhamos, identificamos legislações, planos, programas, projetos e políticas públicas para as mulheres que foram criados

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ou destruídos nos governos dos(as) presidentes Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/06/2016), Michel Temer (31/06/2016 a 31/12/2018) e nos 02 (dois) primeiros anos da presidência de Jair Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2020), a partir dos posicionamentos das articulações feministas estudadas. Além disso, buscamos saber se estas organizações feministas exerceram representação em algum conselho nacional de políticas públicas para as mulheres.

2 IDEÁRIOS POLÍTICOS E LUTAS DAS ARTICULAÇÕES FEMINISTAS

Considerando a sociedade capitalista-patriarcal-racista-lesbofóbica-transfóbica, as articulações feministas analisadas estão situadas no campo do feminismo popular e vinculadas aos interesses das classes trabalhadoras, apesar de possuírem ideários políticos diferenciados dentro deste campo. Os resultados da pesquisa indicaram que no período pesquisado, entre 2013 e 2020, todas as articulações feministas realizaram lutas e reivindicações junto ao governo federal por mais direitos para as mulheres.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) definem-se como movimentos feministas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas, comprometidos com o enfrentamento à LGBTfobia.

A AMB afirma que luta por uma democracia radical e define-se como um feminismo popular e antissistêmico. Assume a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, comprometida com o enfrentamento da lesbofobia e do cisheterossexismo: “Gerações diversas de feministas, negras, indígenas e brancas, lésbicas, bi e heteros, das cidades, dos campos, das florestas e das águas encontram seu lugar. E a AMB é antissistema por premissa” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, 2019, p. 9).

A AMB foi organizada em 1994 para participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing (1995). Algumas de suas reivindicações podem ser sintetizadas nas seguintes bandeiras de luta: pelo fim da violência contra as mulheres,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

contra o racismo e as violações de direitos das mulheres indígenas, pela reforma do sistema político, em defesa da seguridade social e contra a reforma da previdência, contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, por justiça socioambiental e econômica e lutas no plano internacional e alternativas à globalização (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, 2019).

A MMM apresenta-se como um movimento de base, popular, do campo e da cidade e “como um movimento feminista anticapitalista e antirracista, enfrentando o conjunto das formas de opressão e discriminação que vivem as mulheres em relação à sexualidade e à idade” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019, p.2).

A MMM, criada a partir da sua 1ª Ação Internacional “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” no ano 2000, apresentou reivindicações pela valorização do salário-mínimo, direito do aborto, luta por soberania alimentar e democracia; assim como as lutas contra a pobreza, a opressão do capitalismo patriarcal, a violência contra a mulher, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, o agronegócio e o neoliberalismo (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

A 4ª Ação Internacional da MMM no Brasil foi realizada de forma descentralizada nos estados e regiões do país em 2015, no sentido de contribuir nas mobilizações por reivindicações locais e nos territórios das mulheres. Os eixos das reivindicações foram trabalho, corpo e territórios das mulheres, com foco nas pautas urgentes de cada realidade (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

De outro lado, o Movimento Mulheres em Luta (MML) e o Movimento Pão e Rosas do Brasil apresentam-se como movimentos feministas classistas e socialistas de defesa das mulheres trabalhadoras e de enfrentamento ao capitalismo, ao machismo, ao patriarcado, ao racismo e à LGBTfobia.

O MML define-se como um movimento feminista classista e socialista, capaz de unificar a luta da classe trabalhadora de superação do capitalismo ao combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e à xenofobia: “O reconhecimento da nossa condição só reafirma a necessidade de combater o machismo, o racismo, a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LGBTfobia e a xenofobia para unificar o conjunto dos trabalhadores e, dessa maneira, derrotar o nosso inimigo em comum que é o sistema capitalista” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 29/11/2019). O MML destaca a necessidade de articulação da luta classista com o enfrentamento ao machismo e ao racismo.

O MML foi lançado em abril de 2008 no I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que passou a ser constituída na organização da Central Sindical e Popular (CSP) / Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), em 2010. O MML prioriza a luta de defesa das mulheres trabalhadoras, com reivindicações pelos direitos das mulheres e contra a violência obstétrica, as violências voltadas às mulheres e às mulheres indígenas e pelo direito ao aborto, somando-se no combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia e à xenofobia (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, s.d).

O Movimento Pão e Rosas do Brasil defende um feminismo socialista, de luta contra a exploração capitalista articulada ao enfrentamento ao patriarcado, à homofobia e ao racismo:

Sozinhas, é muito difícil lutar contra a violência, o patriarcado, a homofobia, o racismo, contra toda a miséria que nos é relegada e principalmente contra a exploração e portanto, contra o capitalismo. É por isso, que te chamamos para nos organizar e juntas lutar pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora, pela emancipação das mulheres, contra esse sistema que nos explora e nos oprime (NÚCLEO PÃO E ROSAS, s.d).

No Brasil, o *Pão e Rosas* surgiu em março de 2009 e participa da CSP-CONLUTAS. Integra o movimento latino-americano *Pan y Rosas*, o qual possui agrupações no Chile, Argentina, Bolívia, México e no Estado Espanhol. Este movimento foi impulsionado pela Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional e Independentes (LER-QI).

O Movimento Pão e Rosas do Brasil apresenta como pauta principal a luta contra o capitalismo e o patriarcado, apoiando também o enfrentamento à lesbofobia/homofobia/transfobia e ao racismo. As militantes do Pão e Rosas do Brasil afirmaram que já estiveram nas ruas, universidades, locais de trabalho, atos,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



manifestações e greves travando uma batalha para que suas vozes sejam ouvidas (PÃO E ROSAS, s.d).

Conforme visto, todas as articulações feministas analisadas assumem uma luta de perspectiva anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e de combate à LGBTfobia, demonstrando a necessidade da unidade entre estas lutas. Um aspecto a ser aprofundado remete ao caráter do termo “anticapitalista”, pois conforme Wood (2003), os movimentos “anticapitalistas” podem assumir uma perspectiva socialista ou voltada para a humanização do capitalismo.

3 ANÁLISES DAS ARTICULAÇÕES FEMINISTAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Em relação ao período 2013-2020, os resultados da pesquisa demonstraram algumas contribuições das articulações feministas para a construção e/ou controle social das políticas públicas para as mulheres em nível nacional. Ademais, foi possível conhecer as análises críticas destas articulações feministas sobre as políticas públicas implementadas nos governos Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/06/2016), Michel Temer (31/06/2016 a 31/12/2018) e nos 2 (dois) primeiros anos do presidente Jair Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2020).

Todas as articulações feministas reivindicaram mais direitos para as mulheres, como melhores condições de trabalho, direito à educação, ao aborto legal e seguro, ao fim da violência doméstica e do feminicídio, o enfrentamento ao racismo, à lesbofobia e à transfobia, entre outras demandas de interesse das mulheres.

Em relação a participação no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), somente a AMB possuiu representação neste Conselho e foi chamada para formular o Plano Plurianual do Governo Federal, através do CNDM no ano de 2012 durante o Governo da presidenta Dilma Rousseff. Porém, a AMB renunciou a representação no CNDM após o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Rousseff em 2016, que resultou na posse de Michel Temer. Assim a AMB se refere ao novo governo:

Portanto, não reconhecemos e não dialogamos com este governo e entendemos que a frágil democracia brasileira foi rompida. Com nossos corpos, nossa criatividade e nossa força, temos ocupado as ruas, as praças, as rodas, as redes, por aquilo que é justo, contra o ajuste neoliberal que retira nossos direitos, pelo fim da violência contra as mulheres, em defesa do SUS, pela seguridade social pública e universal. Pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e pela legalização do aborto! Por mais políticas de igualdade de gênero! Pelas políticas de promoção da igualdade racial! Pelos direitos da população LGBT! Pelas diversas formas de família! (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMACHER, 2019, p. 103).

Em geral, os movimentos teceram críticas sobre a baixa qualidade e insuficiência das políticas públicas para as mulheres adotadas por todos os governos federais no período pesquisado, entre 2013 e 2020, com destaque para a forte oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro, por ser considerado um governo misógino e de ataque aos movimentos feministas e às reivindicações das mulheres.

Sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff (01/01/2011 a 31/06/2016), os movimentos feministas reconheceram que este foi o governo que mais criou políticas públicas as mulheres, mas também criticaram os cortes orçamentários em algumas políticas nas áreas de educação, creches e combate à violência contra a mulher, afirmando que esperavam a garantia de mais direitos em um governo visto como de esquerda e chefiado por uma mulher.

A MMM reconheceu que durante o governo da presidenta Dilma Rousseff ocorreu uma política de valorização do salário-mínimo que contribuiu para o enfrentamento da pobreza e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, mas destacou que o aumento salarial implementado esteve abaixo da sua proposta (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

Durante os governos Lula e Dilma, uma política de valorização do salário mínimo foi implementada. Ainda que com valores abaixo da proposta da Marcha, a valorização do salário mínimo contribui muito para o enfrentamento a pobreza e para melhorar as condições de vida da classe

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalhadora (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019, p.10).

Uma iniciativa importante de construção de política pública para o enfrentamento à violência contra as mulheres neste período foi a criação do programa “Mulher, Viver sem Violência” (2013), que idealizou as Casas da Mulher Brasileira. Porém, os movimentos feministas denunciaram a sua não efetivação, em decorrência das medidas de ajuste fiscal e contingenciamento do orçamento federal.

Proteção à mulher não pode ser vista pelo governo federal, que tem a sua frente uma mulher, como uma iniciativa espontânea por parte dos governos estaduais. Proteção à mulher é um dever do Estado e deve ser tratado como tal. Além disso, o Programa tem que abarcar o interior e as grandes capitais precisam mais de uma Casa, pois o número de Casas não responde a realidade das mulheres agredidas no Brasil. [...] Diante disso, acreditamos que são necessários programas implementados e desenvolvidos pelas três esferas de governo: federal, estaduais e municipais e também essas três esferas destinem os recursos necessários. Enquanto 47% do orçamento for destinado para o pagamento dos juros da dívida pública, que vai direto para o bolso dos banqueiros, realmente vai faltar dinheiro para as áreas sociais (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 04/04/2013).

Em 2013, a presidenta Dilma sancionou o Projeto de Lei (PL) nº 03/2013, que trata do atendimento integral e obrigatório às pessoas em situação de violência sexual, que foi transformado na Lei nº 12.845 de 01/08/2013, apelidado de lei da profilaxia da gravidez.

As críticas dos movimentos feministas ao governo Michel Temer (31/06/2016 a 31/12/2018), instituído por um golpe parlamentar em 2016 contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram dirigidas contra as privatizações realizadas, os retrocessos em direitos trabalhistas e sociais, o desmonte das políticas públicas, o desemprego, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Além disso, denunciaram que durante esse governo houve um aumento do ódio e de ataques aos mais pobres, às mulheres, à população negra e indígena, aos (às) LGBT's e às organizações de esquerda.

Nós do Pão e Rosas convidamos todas a virem discutir essa perspectiva com a gente na PUC de São Paulo, assim como a necessidade de exigir das centrais sindicais que se construa um plano de lutas que seja capaz de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



revogar a reforma trabalhista e todos os ataques do governo golpista de Temer. Chamamos a conhecer e construir o Pão e Rosas com a gente, na luta pelo fortalecimento de um feminismo revolucionário que busque não apenas lutar pelos nossos direitos e demandas imediatas, mas estar junto a classe trabalhadora e a juventude na luta pela derrubada do capitalismo, que se apropria e aprofunda as opressões, e pela construção de um novo mundo sem miséria, opressão e exploração (MARIA, 2018, n.p).

O presidente Michel Temer sancionou uma alteração na Lei Maria da Penha, em que caso haja descumprimento das medidas protetivas, a lei prevê pena de detenção de três meses a dois anos em regime fechado aos agressores e que nos casos de flagrante, a fiança fica condicionada a julgamento.

O governo Bolsonaro foi considerado inimigo das mulheres devido ao seu caráter misógino, antifeminista e de negação das conquistas das mulheres, sendo alvo de duras críticas por todos os movimentos feministas pesquisados, ao denunciarem que este governo não criou nenhuma política pública para as mulheres, apenas provocou inúmeros retrocessos.

Em 2019, o Ministério da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” implementou projetos que pioraram a condição das mulheres trabalhadoras, realizando um verdadeiro desmonte das políticas públicas de apoio às mulheres já existentes. Extinguiu a Secretaria das Mulheres da qualidade de Ministério e as Comissões de Combate à Violência de Gênero, Igualdade e Diversidade e paralisou a construção e a manutenção das “Casas da Mulher Brasileira”.

Damares Alves, ministra da mulher, família e direitos humanos, uma das poucas mulheres no governo Bolsonaro é também uma das maiores reprodutoras de idéias machistas e tem aplicado projetos que pioram a condição das mulheres trabalhadoras. Ao defender que as mulheres sejam submissas dentro de casa, a ministra reforça impunidade e a exposição da mulher a violência doméstica. Ao mesmo tempo em que tem realizado um verdadeiro desmonte nas poucas políticas de apoio as mulheres [...] (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 07/09/2019).

Em 2020, o governo Bolsonaro tentou aprovar no Senado Federal o projeto de lei 5.435/2020, uma atualização do Estatuto do Nascituro, que tem como objetivo criminalizar o aborto nos casos previstos pela legislação brasileira. De acordo com o

PROMOÇÃO



APOIO





Código Penal (1940), o aborto é legal nas situações de risco à vida da gestante e quando a gravidez é resultante de violência sexual; e conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, o aborto é legal nos casos de anencefalia fetal.

A AMB fez oposição ao presidente Jair Bolsonaro, considerado um governo genocida e etnocida, com críticas quanto a suas posições relacionadas à saúde durante a pandemia da COVID-19, à educação e temas como agronegócio, desemprego e preservação dos bens naturais. A MMM teve o mesmo posicionamento da AMB no que tange ao governo do presidente Jair Bolsonaro, em que defendeu o seu impeachment, visto que sua eleição correu por meio de notícias falsas e com apoio de um setor empresarial sustentado numa política de ódio à classe trabalhadora. O MML também teceu críticas ao governo Bolsonaro, em que destacaram uma nota de repúdio ao veto presidencial ao programa de proteção e promoção da saúde menstrual. Assim como as demais articulações feministas, o Movimento Pão e Rosas do Brasil afirmou ser necessário derrotar a presidência de Jair Bolsonaro/Hamilton Mourão e outros golpistas envolvidos a partir de uma intervenção da classe trabalhadora juntamente com a força das mulheres brasileiras, citando as profissionais da saúde que foram fundamentais nos momentos mais difíceis da pandemia da COVID-19.

4 CONCLUSÃO

Em geral, as articulações feministas estudadas fizeram críticas a baixa qualidade das políticas públicas e sociais destinadas às mulheres, ao bloqueio orçamentário na área e ao conservadorismo presente em algumas destas políticas implementadas no período 2013-2020 pelos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com destaque para a forte crítica ao governo Bolsonaro, visto como um governo antifeminista e contrário as reivindicações dos coletivos feministas pesquisados.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os movimentos reivindicaram mais ações dos governos no que tange às políticas públicas voltadas a garantia de direitos e emancipação das mulheres, na perspectiva de construção de uma sociedade livre da desigualdade social, do racismo, da lesbofobia, da transfobia e do patriarcado.

Os resultados apresentados permitem concluir que todas as articulações feministas, a AMB, a MMM, o MML e o Grupo Pão e Rosas do Brasil assumem uma luta de perspectiva “anticapitalista”, antipatriarcal, antirracista e de combate à LGBTfobia, demonstrando a necessidade da unidade entre estas lutas.

Outrossim, problematizamos a necessidade de qualificação da perspectiva “anticapitalista” defendida pela AMB e pela MMM, ou seja, se está inserida em um projeto societário socialista na perspectiva da emancipação humana ou voltado para a humanização do capitalismo. Neste sentido, vimos que a AMB ressalta sua perspectiva antissistêmica e a MMM destaca seu caráter de movimento de base e popular. Já o MML define-se como um movimento feminista classista e socialista e o Movimento Pão e Rosas do Brasil defende um feminismo socialista de luta contra a exploração capitalista e pela emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://articulacaodemulheresbrasileiras.org.br>>. Acesso em: 10 de jan. de 2012.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS; SCHUMAHER, Schuma. **AMB 25 anos, transformando o mundo pelo feminismo**. Rio de Janeiro, 2019. 152p. Disponível em: <<http://ambfeminista.org.br>>. Acesso em: 24 de fev. de 2021.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Feminismo em Movimento**: Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. São Paulo: SOF, abr. 2019. 28p. Disponível em: <<http://marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

_____. Disponível em: <<http://marchamundialdasmulheres.org.br>>. Acesso em: 24 de mar. de 2021.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MARIA, Iaci. 8 M – PUC SP. Pão e Rosas PUC SP convida: debate sobre a luta das mulheres contra o machismo e o capitalismo. **Esquerda Diário**, 05/03/2018. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 04/04/2013. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____, 07/09/2019. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____, 29/11/2019. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NÚCLEO PÃO E ROSAS, s.d. Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

PÃO E ROSAS. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é anticapitalismo? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, 2003 b.

PROMOÇÃO



APOIO

